

NOVA IMAGEM, NOVOS DISCURSOS PARA “REVITALIZAÇÕES” EM BELÉM

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Geógrafo (UFPA) e Economista (UNAMA), Especialista em
Desenvolvimento de Áreas Amazônicas –FIPAM/NAEA –UFPA,
Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/NAEA -
UFPA

RESUMO

A cidade de Belém entre os anos de 1995 e 2006 constituiu-se em “laboratório” para experiências de gestão e (re)apropriação de espaços, empreendidas pelo Governo do Estado, visando inserir essa cidade num contexto de competitividade da economia mundial. Para tanto, adotou-se como paradigma de planificação, a “gestão estratégica de cidades”. Nesta estratégia, natureza, cultura e memória assumem importância central, como variáveis que permitiram (re)significações simbólicas, de maneira a dotar alguns fragmentos de espaços da área central da cidade, de imagens passíveis de serem consumidas por turistas, bem como, por grupos sociais que possuem demanda solvável. Nesse sentido, o presente artigo objetiva compreender alguns aspectos que permearam as estratégias de gestão e (re)apropriação de espaços públicos, vinculadas às práticas de “revitalização” em Belém. A análise do espaço público se faz necessária, num momento em que a gestão estatal local empreende arremedos de cidade, em decorrência de práticas urbanísticas que tendem a promover o “coroamento” de estratégias segregacionistas, ao conceberem a periferia como “lugar fora das idéias” do planejamento estratégico.

Palavras-chave: Gestão Estratégica, “Revitalização”, Espaço Público, Belém.

INTRODUÇÃO

Belém, cidade múltipla em significados e contradições, produto e condição para a reprodução de uma lógica capitalista que busca consolidar-se no local a partir da concepção e disseminação de novas tendências urbanísticas globais. Sob influência de tais tendências instaurou-se na capital paraense a partir de meados dos anos de 1990, práticas de gestão e reapropriação de espaços baseadas em matrizes de planejamento que contribuiram para a reprodução de novas centralidades urbanas.

Nessas circunstâncias, fragmentos de espaços da Metrópole Oriental Amazônica, foram promovidos à condição de “laboratórios” para experiências de gestão estatal pautadas em uma lógica que impôs a “ideologia da competitividade” enquanto “necessidade” diante do padrão internacional.

Dentro desse contexto de reestruturação produtiva evidenciada a partir de meados de 1990, sob o discurso de promoção do desenvolvimento regional; pautado no estímulo à indústria do turismo como veículo gerador de emprego e renda para a sociedade local; a gestão estadual empreendeu práticas de reabilitação de áreas centrais na Grande Belém, a saber: São José Liberto, Complexo Feliz Luzitânia, Mangal das Garças e Estação das Docas.

Nesse contexto de planificação adotado para Belém, pelo Governo “Novo Pará”, os respectivos espaços reapropriados foram dotados de novas imagens que tenderam a fortalecer no imaginário coletivo da população local, um “ideal de felicidade da cidade ribeirinha” revelada através do “resgate” da natureza, da cultura e da memória de um passado de “fausto” (RODRIGUES, 2007).

Com efeito, os elementos introdutórios enfatizados até aqui permitem que apresentemos o objetivo do presente artigo que consiste em analisar alguns aspectos que permeiam as estratégias de gestão e de reapropriação de espaços vinculadas às práticas de “revitalização” de alguns fragmentos de espaços centrais da cidade de Belém.

IMAGENS E DISCURSOS SOBRE A “CIDADE MONUMENTA”

Retrato de uma realidade urbana singular, a cidade de Belém, a partir dos anos de 1990, revela-se a partir de imagens sobrepostas nas formas arquitetônicas

e paisagísticas esculpidas ao longo das diversas temporalidades, que refletem relações político-sociais, bem como, representações simbólicas espacializadas neste território.

“Cidade Monumenta”, enaltecida nos discursos de poetas, arquitetos e urbanistas, Belém tem revelado paradoxos similares ao longo de vários períodos de sua história, pelo menos no que tange à imposição de uma dinâmica excludente, pautada na priorização de atendimento às demandas de grupos hegemônicos, em detrimento de demandas de outros grupos que vivem na cidade.

Assim, o ambiente urbano belenense, na época atual, retrata uma cidade diversa em sentidos e metamorfoses, posto à ação pontual do Estado, que vem conduzindo uma dinâmica de reestruturação e de planificação urbana, segundo a qual, a cidade passa a ser pensada para o passante capitalizado, enquanto ao cidadão residente da periferia resta a condição de “cidadino invisibilizado” e desprovido de demandas sociais mínimas.

O centro histórico de Belém revela em suas paisagens, aspectos pretéritos da memória e da história da cidade, exibida em edificações que remontam os tempos “áureos” do “ciclo da borracha”, período em que a elite belenense exibia com pompa, os produtos trazidos da Europa.

O cenário atual, marcado por “as rugosidades” (SANTOS, 1996) apresenta-se enquanto possibilidade para a consolidação de estratégias de reestruturação produtiva do espaço urbano belenense posta a novas dinâmicas urbanas de competitividade, disseminadas a nível global e local. Assim sendo, o Estado enquanto indutor de dinâmicas, tem exercido centralidade na promoção de um urbanismo racionalizador condicionado a (re)valorização do patrimônio histórico da cidade.

A perspectiva de valorização do patrimônio da cidade parece trazer consigo uma tentativa de reificação de edificações de valor histórico, elevados à condição de expoentes principais dentro do contexto de políticas de planejamento que visam promover uma “imagem de cidade passível de ser consumida por turistas”(ARANTES, 2000).

A concepção destes fragmentos de espaços parece atender a um só tempo, às demandas de grupos sociais que almejam uma (re)valorização da cidade, como meio de usufruto dos benefícios econômicos, ao mesmo tempo em que promovem a imagem de “modernidade”, visando atender também à indústria do turismo, setor da

economia que busca lucratividade através da venda de uma imagem de cidade “exótica”, que alimenta o fetiche da “cidade-mercadoria”.

É nesse sentido que as estratégias de gestão e reapropriação empreendidas para os espaços “revitalizados” São José Liberto, Mangal das Garças, Estação das Docas e Complexo Feliz Luzitânia vão atuar no sentido da configuração dos mesmos, como espaços standardizados pelos veículos de *city Marketing* financiados pelo aparelho estatal com vias à venda de uma imagem de cidade glamorosa e sedutora.

A respeito do pensamento formalizador dos planejamentos e das gestões empreendidos em Belém, Marin & Chaves afirmam que:

[...] os cortiços e as baixadas, [...] apesar de terem sido durante muitos anos o objeto preferencial das estratégias de planejamento, preocupadas com a salubridade de uma cidade no trópico, permanecem literalmente mergulhadas na miséria, condenadas pela esterilidade dessas mesmas estratégias (MARIN & CHAVES, 1997, p. 423).

Neste sentido, as paisagens dos bairros periféricos, assim como alguns espaços do entorno das áreas centrais da Grande Belém revelam o paradoxo de uma cidade que foi “esquecida”, relegada a segundo plano dentro do contexto das políticas de planejamento e gestão concebidas e implementadas pelo poder público, que privilegiam e centralizam suas ações em alguns fragmentos de espaços do centro da cidade.

A despeito das práticas de intervenção urbanística para o centro histórico e área do entorno, a imagem nascida das fachadas da Estação das Docas, Complexo Feliz Luzitânia, Espaço São José Liberto parece oscilar entre a mais recente “modernidade” e os tempos “arcaicos” da capital do Estado do Grão-Pará, revelando as várias temporalidades de uma metrópole contraditória e paradoxal.

A ESTRATÉGIA DA GESTÃO ESTATAL E AS NOVAS FORMAS-CONTEÚDO EM BELÉM.

Localizados na área circunscrita como Centro Histórico de Belém, Estação das Docas e Complexo Feliz Luzitânia, Mangal das Garças e São José Liberto,

constituem-se em fragmentos de espaços metropolitanos, “revitalizados” a partir de concepções urbanísticas baseadas primordialmente na valorização da natureza da cultura e da memória. Para o caso dos três primeiros fragmentos de espaços, o “rio” enquanto componente da paisagem a ser contemplada apresenta centralidade como elemento constituinte de uma perspectiva de (re)significação de espaço que tem como estratégia, o fortalecimento da “imagem de felicidade da cidade ribeirinha” (RODRIGUES, 2007).

Por sua vez, enquanto fragmento territorial urbano localizado entre os limites da área do entorno do Centro Histórico; São José liberto possui certa singularidade em relação aos demais fragmentos metropolitanos, a começar por sua localização, afastada da Orla fluvial de Belém. Este fragmento de espaço apresenta ainda, uma perspectiva de (re)significação cujo elemento cultural configura-se como variável primordial dentro do processo de “naturalização” e de legitimação das intervenções urbanísticas.

Não obstante, esse fragmento de espaço, enquanto parte de uma totalidade articulada ao tecido urbano de Belém, possui uma centralidade que se manifesta no exercício de certo poder atrativo, materializado e (re)definido a partir novas formas, funcionalidades, bem como de novos fluxos de serviços e pessoas.

Essas novas dinâmicas urbanas, baseadas em estratégias de gestão e reapropriação de espaço promoveram São José Liberto à condição de um híbrido composto de múltiplas funcionalidades, a saber, o de Centro Cultural, espaço de lazer, espaço de atividades comerciais e de serviços, com vias a atender demandas diferenciadas de grupos sociais. Assim sendo, o respectivo fragmento de espaço revela em suas paisagens socialmente construídas, a atuação de uma estratégia de reestruturação produtiva, segundo a qual, o remodelamento é condição para a consolidação das novas forças econômicas no âmbito do espaço metropolitano.

Ainda dentro dessa perspectiva, o paradigma competitivo pautado na “guerra dos lugares” promove a “revitalização” dos respectivos fragmentos de espaços, baseado na idéia de progresso a ser alcançado a partir da inserção de novos artefatos ao lugar, e na possibilidade de conceber uma imagem de inovação das formas espaciais, e de uma nova funcionalidade para o lugar.

Subjazem aos discursos dos instrumentos de *marketing urbano*, interesses geopolíticos que buscam, a partir da intensificação do uso propagandístico, o alcance da legitimidade para as intervenções urbanas a serem realizadas.

Por sua vez, um comparativo entre as paisagens “revitalizadas” do espaço São José Liberto, e as paisagens urbanas de algumas áreas do seu entorno imediato¹, como a Rua Osvaldo de Caldas Brito, revelam um paradoxo, no que tange a condições infra-estruturais, posto que, tais espaços que margeiam o respectivo projeto de “revitalização” continuam reproduzindo-se à “margem” de políticas de gestão urbana, fato que tem repercutido na precariedade do ordenamento territorial e na falta de atendimento a outras demandas sociais de cidadãos residentes no lugar.

Com efeito, a “reinvenção da cidade”, a partir da proliferação de processos de reabilitação de áreas centrais concebidas pelo planejamento e a gestão urbana, empreendida pelo Governo do Estado do Pará abre caminho para uma importante indagação: de que maneira vem se promovendo a acessibilidade nesses fragmentos de espaços?

ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA

A análise do espaço público, enquanto *locus* de intervenções urbanísticas e de resignificação de conteúdos sociais empreendidos para Estação das Docas, Complexo Feliz Luzitânia, Mangal das Garças e São José Liberto, demanda o entendimento das estratégias e das ações concebidas pelo poder público. Para tanto, convém inicialmente, definir o que se entende por espaço público.

A esse respeito, Gomes (2002) afirma que o espaço público é o lugar do encontro, de sociabilidades diversas, compreende um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais, sendo também, uma extensão física, uma entidade geográfica e um dispositivo essencial para o funcionamento da democracia.

A retração física deste espaço, por sua vez, significa uma perda de conteúdo democrático dentro de uma sociedade, visto que, a vida democrática depende da existência e do funcionamento dos espaços públicos. Vale ressaltar ainda o caráter de representação simbólica que permeia a noção de público (GOMES, 2004).

Ainda segundo Gomes (2004) o espaço público compreende o *locus* do respeito à alteridade, da equivalência entre indivíduos, da reunião de um universo

¹ O entorno imediato do espaço São José Liberto é delimitado neste trabalho, como a área que circunscreve ao raio de 100m de circunferência do espaço em questão.

quase infinito de diferenças próprio às pessoas que aí habitam e que encontram como forma de conviver, o estabelecimento de acordos. É neste sentido que:

O espaço público é o lugar da vivência da liberdade, o lugar da discussão e o lugar onde se forja uma linguagem que a exprime. Uma condição fundamental para que essa comunicação se faça é, pois, a existência desse espaço de coabitação, de encontro e de diálogo (GOMES, 2004, p.252).

O espaço público é assim, um espaço fundamental para o desenvolvimento da vida urbana moderna, detentor de um estatuto particular, onde os comportamentos podem ser lidos como uma linguagem, como uma forma urbana de comunicação. É também, lugar de muitas tensões e onde se pratica o exercício da tolerância e dos limites de determinados comportamentos que se apresentam quase que cotidianamente.

No contexto de produção do espaço da cidade, a partir do momento em que as leis do mercado (que dominam a esfera dos negócios e do trabalho) penetram também na vida privada dos indivíduos, reunidos artificialmente em um espaço público, a capacidade de julgamento e a comunicação pública tende a perder em coerência e dissolver-se em estereótipos para o consumo individual (SERPA, 2004).

Por sua vez, a cidadania é definida por Gomes (2002) como um pacto associativo e formal que pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo num determinado território. Assim sendo, a coabitação dos indivíduos neste território é objeto de um pacto formal, que instaura limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza as interdições.

Ainda para Gomes (2002), este tipo de território normatizado é a matriz do espaço público e o principal *locus* de reprodução da vida coletiva. Dessa maneira, toda ação social que pretenda subverter a existência deste tipo de espaço ou transformar seu estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde a um recuo do contrato inicial que funda a cidadania.

A atual dinâmica do espaço público metropolitano apresenta algumas tendências quais sejam: a apropriação privada dos espaços públicos; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social; o crescimento de “ilhas utópicas” (GOMES, 2002). Estas tendências tendem a promover a subversão da idéia de cidadania, ao redefinir constantemente o papel dos espaços públicos.

Neste sentido, deforma-se a condição do que é público, de maneira a atender a um público, mais precisamente aos detentores de demanda solvável. Assim, de lugar principal de manifestação do exercício da cidadania e da vida coletiva, o espaço público passa a exercer cada vez mais a função de espaço para a manifestação de simulacros da condição de cidadania.

Sob a ascensão deste projeto de cidade, Gomes (2002) afirma que, o arremedo de *city* dá lugar ao nascimento de uma cidade fragmentada, a um simulacro da condição de cidadania, onde o homem procura se reproduzir (GOMES, 2002). Ainda segundo o mesmo autor:

Os limites do respeito às regras e a possibilidade de coabitação e convivência social são correlacionados aos níveis de renda que permitem o acesso a este tipo de espaço controlado, limpo e regulado, que se opõe figurativamente ao verdadeiro espaço [...] público, aberto e inseguro, sujo e anárquico (GOMES, 2002, p.187).

Vivencia-se nos dias atuais uma tendência à negação do estatuto de espaço público, como *locus* de representação do confronto de idéias, de respeito às alteridades, de encontro das diferenças, uma vez que estes espaços vem sendo solapados pela imposição de uma lógica capitalista, que busca através de um discurso homogeneizador, definir novos usos e novas representações simbólicas para a cidade.

Dentro dessa perspectiva, fragmentos de cidade concebidos enquanto espaços públicos vêm apresentando intensas mudanças no que tange a redefinição de uma lógica de acessibilidade. A esse respeito, convém neste momento, fazer uma breve distinção entre os conceitos “diferente” e “desigual” para efeito de que se possa definir a acessibilidade dos espaços públicos, manifestos nos arremedos da cidade moderna.

Neste sentido, Haesbaert (1997) afirma que; enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório e hierárquico, que permita uma comparação global; a diferença apresenta-se no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que esta se manifesta quando confrontada com outra identidade.

Assim, o “desigual” pressupõe uma abordagem que define parâmetros de hierarquia econômico-social, ao passo que o “diferente” atrela-se a uma perspectiva de análise baseada na alteridade. No entanto, a alteridade pode manifestar hierarquização, quando confrontada com a identidade social, podendo apresentar uma dimensão de classe repercutindo numa redefinição da acessibilidade. Neste sentido,

A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo ‘desigual’ e ‘diferente’. Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, ‘hierárquica’ (SERPA, 2004, p.26).

Nesse contexto, de manifestação da acessibilidade hierárquica ao espaço público, o “capital simbólico” e os modos de consumo afloram como aspectos definidores do processo de apropriação sócio-espacial, demarcando territórios identitários e fortalecendo a dominação e a “privatização” de espaços públicos urbanos. A esse respeito Serpa afirma que:

No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica (SERPA, 2004, p. 26).

Para o caso dos fragmentos de espaço São José Liberto, Feliz Lusitânia, Mangal das Garças, Estação das Docas, as estratégias de gestão e reapropriação de espaços empreendidas pelo governo do Estado do Pará para este *locus*, tenderam a configurar uma acessibilidade desigual, concebida a partir da influência de grupos dotados de capital simbólico e de poder de consumo. Dessa maneira, promove-se a fragmentação do projeto de cidade democrática, visto que as regras de convivência social, cada vez mais, passam a estarem associadas à idéia de rentabilidade e a uma regulação que seleciona o consumidor e segrega o “cidadão” desprovido de capital escolar e com reduzido poder aquisitivo.

As conceituações, significados e discussões acerca do espaço público apresentadas aqui se fazem necessárias num momento os respectivos fragmentos de espaços centrais da cidade de Belém, concebidos enquanto fragmentos metropolitanos “revitalizados” passam a configurar-se como produto e condição de um acelerado processo de resignificação e gentrificação sócio-espacial promovido por parte da gestão estadual.

Nessas circunstâncias, aflora-se por intermédio dos instrumentos de *marketing urbano* uma tendência discursiva que visa defini-los como espaço público dotado de sociabilidades. Não obstante, as regras de uso, os novos fluxos, bem como as definições funcionais do respectivo *locus* revelam uma dinâmica de consolidação de espaço coletivo, de característica essencialmente privatista.

Dentro desse contexto de “multiculturalismo turístico” configurado pelo poder público para a cidade de Belém, reproduz-se territórios dotados de um novo valor de uso, ao mesmo tempo em que se renovam e se consolidam também os valores substância e quantidade de valor. Em razão disso subverte-se a função social do espaço público tornando-o produto de consumo para turistas, bem como para alguns grupos sociais com elevados níveis de solvabilidade.

Neste sentido, convém destacar o papel que vem sendo desempenhado pelo poder público local no que tange à busca de legitimidade para as intervenções urbanísticas. Assim sendo, a referida gestão procurou fazer uso de instrumentos de propaganda, a partir de um aparato discursivo que apresenta estes fragmentos metropolitanos como espaços públicos de livre acessibilidade a todos os cidadãos. Subjacente a tais discursos a definição de regras de regulação, controle e uso destes territórios associados ao nível de renda evidenciam a negação do que se entende enquanto espaço público.

Por outro lado, o processo de “revitalização” empreendido para os respectivos fragmentos de espaço da metrópole paraense constituem-se em uma perspectiva de pensar a cidade que tem como prioridade a possibilidade de se promover o fortalecimento e a consolidação de novas centralidades associadas à parceria público-privado.

Dessa maneira, a opção da gestão estatal por essa estratégia de intervenção pontual evidencia o caráter marginal a que têm sido relegadas as demandas da maioria dos cidadãos da periferia da grande Belém, ao mesmo tempo em que revela a quebra do pacto associativo e formal imposto pela condição de exercício da

“cidadania”, que pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo num determinado território.

Da forma como foi concebido, os espaços multiculturais e multifuncionais tendem em questão tendem a fortalecer identidades territoriais, uma vez que, as formas arquitetônicas, bem como, os elementos estético-culturais presentes neste empreendimento urbanístico, constituem-se em produtos resignificados a partir de alguns valores identitários locais atrelados a padrões estético-funcionais mundializantes, visando ao atendimento de determinados públicos.

Desse modo, verifica-se que as estratégias de gestão e reapropriação empreendidas para as respectivas áreas centrais em Belém tenderam a transformar estes “espaços públicos” em *locus* de imagens e de representações simbólicas que refletem um projeto hegemônico, concebido enquanto estratégia que visa fortalecer a idéia de uma identidade social una, a ser internalizada por parte dos cidadãos/visitantes.

Ainda dentro desse viés compreensivo, São José Liberto, Complexo Feliz Lusitânia, Estação das Docas e Mangal das Garças representam uma negação do estatuto de espaço público, compreendido como lugar de manifestação da ação política, uma vez que, as funcionalidades a que estão condicionados os respectivos fragmentos de espaços vão de encontro à representação do público enquanto espaço do encontro, do respeito à alteridade, do confronto de diferentes idéias e ações, bem como da livre acessibilidade. Nesse sentido, a definição de horários de funcionamento se constitui em elemento emblemático de definição das novas estratégias de gestão e controle social.

Por sua vez, as estratégias de “revitalização” para os mesmos fragmentos de áreas centrais têm primado pelo “resgate” de imagens que refletem temporalidades passadas ou mesmo criadas por tradições imaginadas, cuja função estratégica consiste na promoção de “idéias fora do lugar” e na redefinição uma acessibilidade restrita.

Assim, percebe-se um recuo do projeto de espaço público, enquanto *locus* do exercício da cidadania plena, posto que, no respectivo espaço há um sistema de normatizações que regula a circulação de passantes em alguns de seus fragmentos de espaço. Por sua vez, evidencia-se em São José Liberto, aspectos da esfera privada da sociedade, como ocorre no caso do Museu de Gemas e Jóias, cujo fluxo de pessoas demanda o pagamento de um ingresso com valor em dinheiro.

A partir da análise dos respectivos espaços, percebe-se também nesses *locus*, que a conotação política de espaço público, enquanto lugar da ação tem sido abandonado em nome de uma construção “social” que tende a interditar ações que dêem impulso a mudanças de conteúdos sociais, ao mesmo tempo em que se promove a internalização de valores identitários, baseados no “coroamento” de estratégias segregacionistas de “revitalização” urbana.

Com efeito, as estratégias de planejamento e gestão implementadas pelo Governo do “Novo Pará” reafirmam o projeto de cidade fragmentada, palco onde as desigualdades e diferenças afloram por intermédio de políticas públicas que privilegiam o centro e a centralidade na cidade, bem como, uma pequena parcela da população belenense, cujo processo de resignificação primou por contemplar; em detrimento dos espaços periféricos e suas populações “marginais”, quase sempre impossibilitadas de exercer o seu “direito à cidade” porque segregadas das condições mínimas de usufruto da cidadania plena.

Diante dessas circunstâncias, torna-se necessária uma reflexão profunda acerca das práticas de gestão e de reapropriação empreendidas para espaços centrais metropolitanos, de maneira a se promover políticas públicas que possam estar comprometidas com a edificação de verdadeiros espaços públicos, onde os interesses da maioria dos cidadãos possam ser manifestados e reafirmados, de modo que, o direito à cidade seja também usufruto dos cidadãos da periferia. Propõe-se aqui uma inversão na lógica de planificação da cidade, de maneira a concebê-la a partir da periferia, entendida aqui como “espaço vivido”, dotado de um conteúdo insurgente. Esta perspectiva constitui-se em condição e meio para a reafirmação de valores e demandas cotidianas “invisibilizadas”, passo primordial para a construção de uma sociedade com qualidade de vida e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de novas centralidades urbanas manifestas por intermédio das políticas de “revitalização” de espaços; como São José Liberto, Estação das Docas, Complexo Feliz Luzitânia e Mangal das Garças; promoveram a resignificação destes espaços, dotando-os de novas formas e novos usos, de maneira a atender à

lógica do capitalismo contemporâneo, amparado no “desenvolvimento” da indústria do turismo na região.

Neste contexto de planificação adotado para Belém, pelo Governo do “Novo Pará”, os espaços reapropriados do centro histórico e entorno foram dotados de novas imagens que visam fortalecer no imaginário social da população, um “ideal de felicidade da cidade ribeirinha” revelada através do “resgate” da história e da memória de um passado de “fausto” que outrora “existiu”, e que se quer retomar, num jogo de imagens signicas entre passado e presente, entre belo e feio, entre sedução e aversão.

Por sua vez, o discurso da cidade “decadente” apresentou-se enquanto instrumento de promoção da legitimidade para as intervenções urbanísticas empreendidas pelo governo. Nestes discursos, Belém é vista como lugar em “declínio”, que necessita retomar os tempos “áureos” da cidade colonial, dos tempos da Belle Époque. Subjacente a tais discursos encontram-se concepções urbanísticas idiossincráticas, de planejadores que projetam uma idéia de cidade a partir de seu ponto de vista, de suas vivências e relações sociais, não levando em consideração a diversidade social existente no espaço urbano da cidade, nem os anseios da grande maioria da população residente na periferia.

Promove-se dessa forma, “a cidade paradoxo da modernidade” da qual nos fala (MARIN & CHAVES, 1997), imagem distorcida de espaço democrático, que mascara a face da segregação sócio-espacial, revelada nas paisagens urbanas da periferia da grande Belém.

Assim sendo, a cidade de Belém, no contexto da modernidade ou pós-modernidade, concebido pelo planejamento estratégico “levanta-se” no presente, através de imagens e discursos que “resgatam” o passado de “glória” do centro histórico, transfigurado em “cidade espetáculo”, enquanto a periferia reproduz o “espetáculo da pobreza insólita” que insiste em prevalecer no cotidiano dos moradores da periferia, que assistem ao espetáculo do “desenvolvimento urbano”, banidos da cidade e do direito à cidade.

Nessas condições, “o espaço público” enquanto *locus* do encontro e da ação política transforma-se em espaço de contemplação da “cidade-mercadoria” que é comercializada pelas gestões estatais, bem como, pela indústria cultural. Esta perspectiva de pensar a cidade e o urbano fomenta o coroamento de estratégias segregacionistas que vêem a cidade como espaço da homogeneidade social,

desconsiderando as particularidades cotidianas que norteiam a vida urbana da maioria dos moradores de Belém.

Com efeito, diante das políticas de planejamento e gestão empreendidos pelo governo do Estado, baseadas num projeto segregacionista que tende a conceber o espaço público enquanto *locus* de produção da mais-valia, torna-se necessário pensar em estratégias de planejamento mais inclusivas, que permitam maior participação popular no processo de tomada de decisão, e que possam inverter a lógica de exclusão social vivenciada pela maioria da população da grande Belém, de maneira a se promover o fortalecimento de uma sociedade urbana mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C. ; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.
- GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOMES, Paulo César da Costa. **O silêncio das cidades: Os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão**. CIDADES: Revista científica. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.
- MARIN, Rosa Acevedo & CHAVES, Ernani P. Imagens de Belém, Paradoxo da Modernidade e Cultura na Amazônia. In: **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável** (Uma contribuição para a Amazônia 21), XIMENES, Tereza (org), Belém, 1997.
- RODRIGUES, J. C. **Nova Imagem, Novos Discursos para a “revitalização” de São José Liberto, Belém**. (Monografia de especialização), Belém, NAEA, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova** (1ª ed., 1978). 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERPA, Ângelo. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. GEOUSP, espaço e tempo, n° 15, pp. 21-37, São Paulo, 2004.